



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

4.ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA – RAE – 2020

DATA: 06/11/2020.

INÍCIO: 09:00 h.

TÉRMINO: 10:13 h.

LOCAL: Videoconferência por meio da plataforma Google Meet.

PAUTA: Metas Nacionais. Outras deliberações.

MEMBROS: Exm.º Sr. Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Coordenador da Comissão; Dr. Jorsenildo Dourado do Nascimento, Dr.ª Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello e Dr. Roberto Santos Taketomi, Juízes de Direito; Chrystiano Lima e Silva, Márcia Rachel de Castro Rizzato, Ricardo dos Santos Câmara, José Edson Ferreira Nunes Júnior, Eleonora Brandão Castelo Branco, Jéssica Fernanda Fonseca Baker Bastos e Marcela de Alencar Leite Rodrigues, servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de 2020, às 09:00 h, por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, reuniu-se a Comissão de Acompanhamento de Metas Nacionais do Poder Judiciário, instituída pela Portaria n.º 1.524/2020 – PTJ, sendo consignada a presença dos seguintes membros da Comissão: Exm.º Sr. Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Coordenador da Comissão; Dr. Jorsenildo Dourado do Nascimento, Dr.ª Elza Vitória de Sá Peixoto Pereira de Mello e Dr. Roberto Santos Taketomi, Juízes de Direito; Chrystiano Lima e Silva, Márcia Rachel de Castro Rizzato, Ricardo dos Santos Câmara, José Edson Ferreira Nunes Júnior, Eleonora Brandão Castelo Branco, Jéssica Fernanda Fonseca Baker Bastos e Marcela de Alencar Leite Rodrigues, servidores deste Sodalício. Presentes, também, Dr. Cid da Veiga Soares Júnior e Dr. Marcelo Manuel da Costa Vieira, Juízes de Direito; Maria Tereza Botinelly Martins Ribeiro e Sandro Alberto Rodrigues da Silva, servidores desta egrégia Corte. Procedeu-se, então, à abertura da reunião, conduzida pelo Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador, o qual destacou que o encontro teria como objetivo a análise do cenário atual das Metas Nacionais de 2020, em especial, o percentual



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
de cumprimento das Metas e as unidades com pior desempenho, em cada âmbito. Sendo assim, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador passou a palavra à servidora Márcia Rizzato, para que iniciasse a apresentação elaborada pela Divisão de Planejamento sobre os referidos tópicos. De saída, a servidora passou a tratar acerca da Meta 1, relatando que o percentual de cumprimento do Tribunal, no Geral, é de 91,35% (noventa e um vírgula trinta e cinco por cento), faltando 16.559 (dezesesseis mil, quinhentos e cinquenta e nove) processos para cumprir a meta. Em relação ao 1.^o Grau, o percentual de cumprimento na Capital é de 99,09 (noventa e nove vírgula zero nove por cento), enquanto no Interior, a Meta já se encontra alcançada. O 2.^o Grau, por sua vez, está com percentual de 80,13% (oitenta vírgula treze por cento), faltando 3.326 (três mil, trezentos e vinte e seis) processos para cumprir a meta. Quanto aos Juizados Especiais da Capital, a servidora destacou que a taxa de cumprimento está em 75,27% (setenta e cinco vírgula vinte e sete por cento), faltando 17.064 (dezessete mil e sessenta e quatro) processos para cumprir a meta. Contudo, atualmente, há, apenas, 3.504 (três mil, quinhentos e quatro) processos conclusos para sentença nesse âmbito, cenário que se revela preocupante. Nesse ponto, o servidor Sandro Rodrigues, da Assessoria Virtual, frisou que, embora haja um esforço grande por parte do Grupo de Trabalho, conseguindo produzir até 4.000 (quatro mil) sentenças por mês, tal volume não é suficiente para cobrir o saldo de processos pendentes da Meta 1 dos Juizados Especiais, sendo necessária a busca por medidas alternativas para incrementar essa produção. Ressaltou, ainda, que a pequena quantidade de processos conclusos para sentença também prejudica a produção da Assessoria Virtual, se mostrando imprescindível intensificar o trabalho nas Secretarias dos Juizados Especiais, no sentido de dar andamento aos feitos e deixá-los prontos para julgamento. Sugeriu, também, a criação de uma força-tarefa para esse fim exclusivo, tanto na parte de Secretaria,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário quanto de minutas de sentenças. Nesse ponto, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador realçou que, em reunião realizada com os Juízes de Direito dos Juizados Especiais, foi destacada a necessidade de conclusão para sentença dos processos que tratem de matéria eminentemente de direito. O servidor Sandro Rodrigues, por sua vez, concordando com o Exm.^o Sr. Desembargador-Relator, esclareceu que, em razão da pandemia, a dificuldade de realização de audiências provavelmente seja um dos principais motivos do acúmulo de processos nas Secretarias das Varas, razão pela qual exsurge, de suma importância, a utilização dos outros princípios de direito, tais como a duração razoável do processo, para que possamos chegar à fase de julgamento. Nesse ensejo, a Dr.^a Elza Vitória informou que, na reunião realizada com os Juízes de Direito dos Juizados Especiais, ficou acordado que todos iriam adotar providências nesse sentido, o que foi confirmado pelo Dr. Marcelo Vieira. Em vista do exposto, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador solicitou ao servidor Sandro Rodrigues que verificasse o quantitativo de servidores necessários para compor uma força-tarefa, com objetivo de alavancar o cumprimento da Meta 1 no âmbito dos Juizados Especiais. Na oportunidade, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador também informou que, em relação ao 2.^o Grau, iria conversar com cada um dos Desembargadores. Nesse lance, o servidor Ricardo Câmara sugeriu que, diante do grande volume de novos processos na seara dos Juizados Especiais, fosse verificada a existência de matéria apta a ensejar a proposição de Incidente de Uniformização de Jurisprudência, instrumento que contribuiria para o alcance da taxa de cumprimento exigida para a Meta 1. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato noticiou que, quanto à Meta 2, o Tribunal já alcançou a taxa de cumprimento necessária de modo geral e em cada âmbito, com exceção dos Juizados Especiais do Interior, que ainda estão com 98,38% (noventa e oito vírgula



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário trinta e oito por cento). Já no que atine à Meta 3, esta se encontra com taxa de apenas 52,55% (cinquenta e dois vírgula cinquenta e cinco por cento) de cumprimento, principalmente em razão do contexto advindo da pandemia do novo coronavírus. No que diz respeito à Meta 4, a servidora relatou que, no Geral, faltam apenas 18 (dezoito) processos para o cumprimento da Meta. Já no 1.º Grau - Capital, esse quantitativo pendente é de 16 (dezesesseis) processos; no 1.º Grau – Interior, é de 06 (seis) processos; e no 2.º Grau, é de 04 (quatro) processos. Nesse ponto, o servidor Sandro Rodrigues frisou que esta é uma meta acompanhada diariamente pela Assessoria Virtual, mas que, às vezes, esbarra na resistência de algumas unidades, que recusam o apoio. No ensejo, o Dr. Roberto Taketomi alertou quanto à necessidade de se verificar a classificação correta dos assuntos dos processos, vinculados à Meta 4. O servidor Sandro Rodrigues, por sua vez, informou que este também é um trabalho que vem sendo feito pela Assessoria Virtual. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato procedeu à análise da Meta 8, enfatizando que, atualmente, há um problema no Painel de Metas quanto à apuração desta meta, razão pela qual já foi acionada a Softplan para resolver o problema. Na oportunidade, o servidor Ricardo Câmara informou que o erro foi constatado no fim de outubro e que, após a resolução da questão, a taxa de cumprimento da Meta 8 deve aumentar. Retomando a palavra, a servidora Márcia Rizzato passou a tratar da Meta 9, informando tratar-se de uma meta de ação, na qual falta apenas o relatório das ações já realizadas, que será providenciado pela servidora Jéssica Bastos, bem como, que está sendo verificada a possibilidade de alteração do plano de ação, em razão da pandemia. Em seguida, a servidora passou a tratar da Meta 12, sublinhando que, no início do ano, foi feita uma verificação e não foi encontrado nenhum processo desta seara. Contudo, atualmente, já foi criado um assunto específico dessa matéria, motivo pelo qual é necessário o envio de um Ofício-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Circular a todos os Magistrados, com esta informação, o que já foi solicitado a Comissão de Metas. Na oportunidade, o servidor José Edson Júnior requereu a palavra para fazer uma breve explanação do Setor de Estatística. Nesse ensejo, acentuou que, com base nos dados de processos distribuídos e julgados nas Varas dos Juizados Especiais Cíveis, no período de janeiro de 2014 a outubro de 2020, verificou-se que, a partir do final de 2017 e início de 2018, houve uma tendência de aumento no número de casos novos, que foi acompanhada pelo maior número de processos julgados, até o presente ano, quando o número de julgados diminuiu, provavelmente em virtude da pandemia. Ademais, enfatizou que, de 2014 a 2020, o número de processos distribuídos nos Juizados Especiais Cíveis aumentou 182% (cento e oitenta e dois por cento), enquanto o número de julgados aumentou 141% (cento e quarenta e um por cento), o que demonstra que, embora a produtividade tenha crescido em razão do aumento do número de processos distribuídos, as unidades não têm conseguido acompanhar o grande volume de casos novos. Na oportunidade, o Exm.^o Sr. Desembargador-Coordenador agradeceu a apresentação e informou que é exatamente para corrigir essa situação, que está sendo disponibilizado o apoio da Assessoria Virtual e que foi aprovada no Pleno a questão dos Juízes Leigos, que irão atuar no âmbito dos Juizados Especiais. Nesse ponto, o Dr. Jorsenildo Dourado esclareceu que o processo administrativo dessa matéria já foi autuado e está sendo verificada a possibilidade de a Escola do Servidor realizar o referido processo seletivo. Na oportunidade, o aludido Magistrado também questionou ao Dr. Roberto Taketomi se a realização de uma Semana de Baixas ajudaria no IPC-Jus, o qual respondeu que seria primordial consultar, primeiramente, o Setor de Estatística, para que verificasse a situação atual desses dados. Em vista disso, o Dr. Jorsenildo Dourado solicitou aos servidores Márcia Rizzato, José Edson Júnior e Ricardo Câmara que providenciassem esses dados e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário
 os enviassem ao Dr. Roberto Taketomi até a semana seguinte, para que seja verificada a necessidade de realização de uma Semana de Baixas. Exauridas as deliberações para o momento, o Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador declarou o encerramento da reunião, às 10:13 h. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcela de Alencar Leite Rodrigues, na qualidade de Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Exm.º Sr. Desembargador-Coordenador e demais presentes.

Assinado digitalmente

Desembargador JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS
Coordenador da Comissão

Assinado digitalmente

JORSENILDO DOURADO DO NASCIMENTO
Juiz de Direito

Assinado digitalmente

ELZA VITÓRIA DE SÁ PEIXOTO PEREIRA DE MELLO
Juíza de Direito

Assinado digitalmente

ROBERTO SANTOS TAKETOMI
Juiz de Direito

Assinado digitalmente

CHRYSIANO LIMA E SILVA
Secretário-Geral de Administração



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Assinado digitalmente

MÁRCIA RACHEL DE CASTRO RIZZATO
Diretora da Divisão de Planejamento

Assinado digitalmente

RICARDO DOS SANTOS CÂMARA
Divisão de Tecnologia e Informação da Comunicação

Assinado digitalmente

JOSÉ EDSON FERREIRA NUNES JÚNIOR
Coordenador do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica

Assinado digitalmente

MARIA ELEONORA BRANDÃO CASTELO BRANCO
Divisão de Planejamento

Assinado digitalmente

JÉSSICA FERNANDA FÔNSECA BARKER BASTOS
Coordenadoria de Projetos e Processos

Assinado digitalmente

MARCELA DE ALENCAR LEITE RODRIGUES
Secretária da Comissão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

Assinado digitalmente
CID DA VEIGA SOARES JÚNIOR
Juiz-Coordenador do NAJV

Assinado digitalmente
MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
Juiz-Subcoordenador dos Juizados Especiais

Assinado digitalmente
SANDRO ALBERTO RODRIGUES DA SILVA
Diretor do NAJV

Assinado digitalmente
MARIA TEREZA BOTINELLY MARTINS RIBEIRO
Coordenadoria-Geral dos Juizados Especiais